

RESTAURATIVISMO NA ESCOLA: Humanizando a Escola por meio de Círculos de Construção de Paz¹

Mariângela Bernardino²

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de refletir, analisar e discutir sobre a relevância das práticas restaurativas no ambiente escolar, a utilização da estratégia dos Círculos de Paz para sua implementação, e a dimensão relevante do preparo do corpo funcional – educadores e funcionários – nessa jornada. O arcabouço dessa análise incluiu um mergulho nas teorias e práticas de autores que estudam e/ou realizam atividades no âmbito escolar e se deparam com as questões humanas inerentes a todos que convivem naquele ambiente. A partir disso infere-se a importância e necessidade de as equipes educadoras estarem preparadas, restauradas e pacificadas para atuarem como multiplicadoras e pacificadoras das escolas nesse processo de mudança de paradigmas e de inserção e cultivo de uma nova cultura, com novos valores. Conclui-se ainda que, embora incipientes ainda, são as práticas restaurativas o melhor caminho para a incorporação de uma cultura de paz nas escolas.

Palavras-chave: Escola. Prática Restaurativa. Cultura de Paz.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata sobre a expectativa das práticas restaurativas outorgarem a cultura da paz na escola, inspirando crianças e jovens em idade escolar; e o papel dos educadores/professores no contexto de proteção integral e norteamento desse processo. Conhecer e reconhecer o mundo interno desses educadores e dar significado às histórias que eles trazem para o ambiente do trabalho é enaltecer a importância e influência de seu papel no mundo interno das crianças e jovens, artefatos de seu labor.

Pretende-se analisar a perspectiva de uma vivência restaurativa implementada, inicialmente, utilizando como estratégia os Círculos de Paz e, também no decorrer do trabalho inserir uma sugestão dessa prática.

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Sistemas de Justiça: Conciliação, Mediação e Justiça Restaurativa, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

² Formada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Servidora Pública no Ministério Público de Santa Catarina.

O ambiente escolar é, para a criança e o jovem, o primeiro espaço de Ser no mundo social, do aprender social, do entrar em contato com os conhecimentos, habilidades e atitudes que os credenciarão ao sucesso, ou não (leia-se sucesso como “ter bons resultados naquilo a que se propõem”) como cidadãos.

Reconhecer que os professores e as equipes pedagógicas da escola são os principais atores na formação e integralização pedagógica, social e emocional dos alunos que por ali passam é o ponto de partida para prepará-los para a paz.

Ninguém educa para a paz, se não está em paz!

Para a inauguração de uma cultura de paz em detrimento de uma cultura de guerra, instalada na sociedade atual, faz-se necessário capacitar os líderes educacionais, para então atingir as crianças, seus pais e a comunidade.

A inclusão de uma cultura restaurativa, por intermédio de Círculos de Construção de Paz, nos espaços educacionais e a atenção necessária aos profissionais da educação, são os temas em estudo nessa investigação bibliográfica. Embora não se tenha identificado trabalhos específicos, voltados a esse grupo de pessoas, infere-se que a introdução da cultura restaurativa nas escolas é um processo que envolve toda a comunidade escolar e deva iniciar-se por esses atores, como forma de ampará-los e fortalecê-los para o papel de multiplicadores.

Pretende-se analisar a perspectiva de uma vivência restaurativa implementada, inicialmente, utilizando como estratégia os Círculos de Paz e, também, no findar desse trabalho, inserir uma sugestão dessa prática.

A incorporação das condutas restaurativas, já implementadas em maior consistência na área da justiça criminal, para crimes de menor potencial ofensivo, vem se mostrando eficaz também como alternativa factível de prevenção e tratamento de problemas de violência nas escolas e, principalmente, como viabilizadores de uma abordagem pedagógica e de uma cultura educacional pautadas e focadas em valores de convívio pacífico e conexões saudáveis, horizontalizadas e reconstrutoras.

O arcabouço de uma escola formadora e transformadora não pode estar alicerçado somente na transmissão de conhecimentos técnicos, mas sim em criar, manter e fortalecer conexões e relacionamentos. É no ambiente escolar que o humano apreende a socialização e o compartilhamento de ideias, emoções e sentimentos e é nesse espaço que as conexões são formadas e identificadas.

A instalação de uma cultura global de paz e uma reorganização e

fortalecimento do sentido de coletividade são ações que se fazem, a cada momento, mais necessárias para a sobrevivência da humanidade. A família e a escola exercem papéis fundamentais e são os catalisadores essenciais nesse processo de geração de seres relacionais.

Quando revisitamos mentalmente os espaços escolares pelos quais passamos nos deparamos (a grande maioria de nós) com as lembranças de um ambiente opressor e estigmatizador, no qual as pessoas eram definidas por algumas de suas características ou atos, e não por sua condição de ser humano. Mudar esse cenário é a proposta da Justiça Restaurativa na Educação, que tem como cerne legitimar os jovens e valorar sua condição humana e contributiva no contexto social da comunidade.

Ao abordar, no espaço educacional, as premissas ampliadas da Justiça Restaurativa construiremos um ambiente em que o humano é vivido em sua integralidade e completude e suas relações são preparadas para as responsabilizações e para a reparação de danos de cada ato/atitude. O ser humano consciente e autônomo para gerenciar sua vida.

A Justiça Restaurativa na Educação é um convite à criação de culturas educacionais que enfatizam o engajamento social ao invés do controle social. O ponto de partida da expressão “como somos quando estamos juntos” são os relacionamentos e não as regras; as pessoas e não as políticas; respeitar as capacidades em vez de avaliar habilidades; criar significado em vez de impor conhecimentos; perguntar mais do que mandar; e sucesso evidenciado pelo bem-estar no lugar de sucesso baseado em méritos.

Ao considerar e reconhecer a criança e o jovem como pessoas com absoluta prioridade, com direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição Federal e todas as doutrinas que deles emanam, preveem e demonstram a importância da tríade família-escola-comunidade na vida desses seres em desenvolvimento.

2 JUSTIÇA RESTAURATIVA: BREVE HISTÓRICO

Howard Zehr (reconhecido mundialmente como um dos fundadores do movimento de justiça restaurativa) relata que até a Idade Moderna (Idade Média até os séculos XVII e XVIII) o crime era visto, primariamente, em um contexto interpessoal. Como nos conflitos civis, o que importava era o dano efetivamente causado, e não a violação de leis ou da ordem social e moral enquanto abstração. Os males cometidos criavam obrigações e dívidas que de alguma forma tinham que ser cumpridas e saldadas. A briga era um modo de resolver tais situações, mas também a negociação, a restituição, e a reconciliação, em igual medida

A partir do século XVIII as correntes retributivistas iniciaram a apologia teórica aos fundamentos da punição. Dentre as principais características da justiça retributiva está a prevalência do direito penal dogmático, com procedimentos formais rígidos, foco direcionado ao infrator, cujo ato é cometido contra a sociedade/Estado e deve responder por meio da pena privativa de liberdade. Trata-se de um modelo de justiça que dá espaço à existência de penas desumanas e degradantes, sem qualquer preocupação com a vítima ou com a relação vítima/infrator e o Estado assume a gestão do conflito (ZEHR, 2018, p 105-114).

As primeiras práticas restaurativas inseridas no sistema jurídico surgiram na Nova Zelândia, na década de 90, inspiradas nos mecanismos de solução de litígios dos aborígenes maoris, e despertaram o interesse de outras comunidades europeias, sendo ratificadas pela Resolução 2002/12 do conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), que recomendou aos Estados membros da Declaração de Viena a adoção de práticas restaurativas em todos os procedimentos judiciais.

O conceito de Justiça Restaurativa, cunhado por Zehr: “Justiça Restaurativa é um processo para envolver, tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse em determinada ofensa, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de promover o restabelecimento das pessoas e endireitar as coisas, na medida do possível” (ZEHR, 2012, p 49), é imensamente pertinente à prática no ambiente escolar.

O advento da lei federal 12.594 de 2012, também conhecida como Lei do SINASE, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo colocou a temática das práticas restaurativas, medidas restaurativas ou meios de

autocomposição de conflitos como pauta das políticas públicas no Brasil, sobretudo daquelas que dizem respeito ao atendimento ao adolescente em conflito com a lei: “prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas” (art 35, inc III).

A aplicação de justiça restaurativa e de práticas restaurativas como política de prevenção de conflitos nas escolas é base para a gestão salutar de conflitos em uma cultura de paz.

Semelhante a muitas tradições religiosas e indígenas, a justiça restaurativa se funda no pressuposto de que, como indivíduos, estamos todos interligados, e o que fazemos afeta todas as outras pessoas e vice-versa. Assim, os princípios básicos da justiça restaurativa constituem orientações que a maioria de nós gostaria que regessem o nosso convívio diário. A justiça restaurativa nos faz lembrar da importância dos relacionamentos, nos incita a considerar o impacto de nosso comportamento sobre os outros e as obrigações geradas pelas nossas ações. Ela enfatiza a dignidade que todos merecemos. Talvez, portanto, a justiça restaurativa de fato sugira um modo de vida. Ela traduz uma visão do bem e de como queremos conviver (ZEHR, 2018, p 251).

3 A ESCOLA E O CONFLITO

Dominic Barter, em uma entrevista, no Brasil, em agosto de 2017, coloca que o conflito é um elemento essencial de qualquer relação que vale a pena, pois é exatamente por se importar com a pessoa ou com o assunto que o conflito surge. Ele declara ainda que o conflito serve como mecanismo de feedback, avisando que é necessário atualizar algo no relacionamento, ou seja, um convite ao diálogo. Butler se refere à escola como um espaço em que deve ser seguro falar a verdade e desenvolver uma parceria íntima e não-violenta, sendo ela o espaço para aprender a viver a democracia, de uma forma conectada e não fragilizada. (BARTER, 2017).

Em geral, entende-se PAZ como ausência de conflitos, no entanto eles são parte integrante do desenvolvimento da autonomia moral. Assim como as consequências naturais dos conflitos devem ser experimentadas para favorecer esse processo de desenvolvimento. Conflitos naturais geram consequências próprias dos atos e ambos não devem ser evitados. A escola é palco de uma diversidade de conflitos e deve preparar seu corpo funcional (professores, diretores

e administração geral) para gerenciá-los e criar metodologias de prevenção à violência. Mesmo quando tomam rumos indesejáveis e desestabilizam as relações, os conflitos podem ser ótimas oportunidades de aprendizagem e de crescimento individual e coletivo.

Será que a escola está sendo este espaço?

Será que os profissionais educadores estão preparados para vivenciar e gerenciar o conflito?

Admitindo o conflito como uma situação comum na vida das pessoas, visto que, em algum momento da vida ocorrerão divergências, oposição de interesses ou opiniões discordantes, que poderão ocasionar embates, é muito importante que o contexto educacional esteja preparado e prepare os indivíduos para vivenciar positivamente estes momentos e situações.

Barter, em sua fala, enfatiza ainda, a questão importante de os profissionais – educadores – que hoje são chamados/incitados a atuar em um formato restaurativo e não-violento – em que suas habilidades de humanidade devem preponderar – não terem vivenciado isso, não terem experimentado isso em seu próprio desenvolvimento e formação. A maioria vem de uma lógica da punição e tem muita dificuldade para migrar para um espaço novo em que, na lógica da parceria, deve enxergar o conflito de forma diferente, não como uma questão disciplinar, mas como uma questão pedagógica, cívica, de desenvolvimento do cidadão, de sua capacidade de se diferenciar do outro, de discordar. (BARTER, 2017).

Para fugir da lógica da punição e da busca pela culpabilidade (tão comuns no âmbito da justiça) a escola começa a trilhar novos caminhos, que envolvem a compreensão, a responsabilização e o reparo de danos. Do individual para o coletivo, as situações e as consequências passam a ser vivenciadas por e pelo grupo, pois todos são parte do “todo”.

O convite às escolas para implantar práticas restaurativas de resolução de conflitos possibilita o desenvolvimento de uma educação para a paz, entendendo o conflito como um tipo de situação que faz parte da vida humana, em que as pessoas ou grupos sociais podem apresentar objetivos opostos, afirmar valores diferentes, ter interesses divergentes e, ainda assim, agir sem violência, lidando com o conflito através do diálogo e dos acordos coletivamente construídos. (TERRE DES HOMMES, 2013, p. 16-17).

Será desde logo fundamental que os educadores percebam que essas

práticas restaurativas não representam mais uma tarefa, mais uma disciplina, mais uma sobrecarga. Inversamente, eles poderão descobrir que tais práticas acarretam comprometimentos cooperativos, desempenhos e compromissos novos, pois contribuirão para validar sentimentos e facilitar relações e conflitos construtivos, fortalecendo e restaurando vínculos (VASCONCELOS, 2018, p 268).

No ambiente escolar, enquanto implementadora da educação para resolução não violenta de conflitos e promotora do diálogo (comunicação não violenta), a justiça restaurativa preconiza a realização de práticas de cuidado que representam uma relação de amor (com o outro, com o ambiente, com o espaço físico no qual estamos) expressado através de ações e acordos. (TERRES DES HOMMES, 2013, p 18).

A UNESCO criou o Programa Educadores para a Paz em 2000 e já, naquele momento, enfatizava que, mais do que teoria e prática, a não violência tem que ser uma atitude entre toda a prática de ensino, envolvendo todos os profissionais de educação e estudantes da escola, pais e comunidade em um desafio comum e compartilhado. A escola tem que dar lugar ao diálogo e ao compartilhamento, se tornando um centro para a vida cívica na comunidade. Para se obter um real impacto, a educação sem violência tem que ser um projeto de toda a escola, o qual deve ser planejado, integrado em todos os aspectos do currículo escolar, na pedagogia e nas atividades, envolvendo todos os professores e profissionais da escola, assim como toda a estrutura organizacional da equipe de tomada de decisões educacionais (UNESCO, 2017).

Álvaro Chrispino, ao discorrer sobre a mediação de conflitos no espaço escolar, evidencia a importância que o jovem atribui à educação, à escola e ao professor. Ao contextualizar a violência nas escolas diz que a educação vem sofrendo com a falta de políticas públicas efetivas e de longo prazo que atendam às necessidades da comunidade, e sendo esvaziada pelo afastamento de bons docentes por conta do desprestígio e da perda significativa de salários. (ENSAIO, 2007, p 54)

É evidente que não é possível tratar eficazmente a questão da disciplina e dos comportamentos danosos separadamente do contexto de interconexão da comunidade escolar, ou mantendo a estrutura de poder hierárquico, comum nas escolas atuais. Reparar danos e transformar conflitos – é o reconhecimento de que o conflito e o dano são partes normais da vida e muitas vezes oferecem oportunidades

de aprendizado e transformação. (EVANS e VAANDERING, 2018, p 13-18).

As práticas restaurativas trazem procedimentos, ações proativas e habilidades que podem colaborar para uma melhoria na prevenção e na resolução positiva de conflitos em geral, contribuindo para o desenvolvimento de boas relações no espaço escolar, colaboram com o trabalho preventivo de reafirmação das relações, visando melhorar o relacionamento escola-família-comunidade, e a busca do diálogo entre todos (CNMP, 2014).

É importante ressaltar que o processo restaurativo não minimizará o ato violento, ou as consequências dele, mas sim, demonstrará de forma contundente e por intermédio da(s) vítima(s), a dor, a mágoa, a seriedade e a magnitude do reparo do dano e da reconstrução das relações.

O Conselho Nacional do Ministério Público conferiu a devida importância ao papel do educador no processo de desenvolvimento da criança e na condução de conflitos no ambiente escolar, ao lançar, em 2014 o Guia Prático para Educadores – Diálogo e Mediação de Conflitos nas Escolas, enfatizando a força transformadora da educação e da comunidade escolar.

Na esteira da resolução de conflitos e reparo de danos e nutrição das interconexões, os Círculos de Construção de Paz despontam como uma nova forma de congregar as pessoas, chegar ao entendimento mútuo, fortalecer relacionamentos e resolver problemas grupais.

4 ESCOLA E EDUCAÇÃO RESTAURATIVA

A Declaração sobre uma Cultura de Paz, da Organização das Nações Unidas – ONU, 1999, afirma em seu artigo 1:

“Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: (...) no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação. (...) no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; (...) no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; (...) no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens.” (ONU, 1999).

A UNESCO, no relatório “Educação, Um tesouro a descobrir” conceituou mais amplamente a educação e a dispôs em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser – balizando que o

“aprender a viver” é o aspecto de maior relevância na escola, que compreende o aprender a viver com os outros, o aprender a conviver... o espaço escolar deve ser marcado pela igualdade e equidade diante das diferenças, pela vivência de objetivos e projetos comuns que oferecem lugar à cooperação e amizade; a escola deve ajudar a construir atitudes de empatia e para isso é fundamental que instigue seus alunos a conhecerem suas potencialidades, competências e limites e a do(s) outro(s) também. (UNESCO, 1998, p 89-102).

A criação e restauração de vínculos e conexões deve iniciar-se pelo corpo educativo da escola, para então propagar-se para alunos, pais e comunidade. O preparo e a atenção aos professores e outros profissionais da educação, para que se sintam e se tornem pacificadores, multiplicadores e vetores dessa pedagogia restauradora, faz-se poderosa estratégia para o alcance de uma educação para a paz, em que a prevenção de conflitos é prioritária.

A questão de pertencimento é chave na sensibilização dos atores educacionais para implementação de uma prática restaurativa da educação para a paz. As pessoas que sentem fazer parte de um espaço e tempo, aceitas e respeitadas em suas presenças e significados, se disponibilizam e se permitem participar e se envolver em processos de restauração de si e do outro. As conexões se fortalecem quando, internamente, estamos também conectados e restaurados.

As escolas pacificadoras valorizam funcionários e alunos pelo que são: seres humanos valiosos. O diretor de uma faculdade de ciências e letras do Kansas observa que o sucesso de sua instituição reside nos professores e funcionários que tratam cada aluno como um talento único. Os professores dedicam horas para aconselhar e estimular os educandos em relação às suas escolhas de vida, mesmo quando estes mudarão de escola. Se o enunciado da missão da escola diz que ela se importa com seus alunos, então práticas específicas de cuidado deveriam se tornar hábitos ali. (MULLET e AMSTUTZ, 2018, p 60)

Zehr esclarece que, para o alcance de uma Justiça mais restaurativa e menos retributiva, é iminente trocar lentes e paradigmas para trabalhar e inspirar a educação. Ao modificar a forma de compreender e encarar a violência e os conflitos relacionais, e as configurações do viver na comunidade escolar, pode-se humanizar os gestores e habilitá-los para a restauração das relações, implementando assim uma visão pacificadora acerca dos conflitos.

Usufruindo da metáfora da troca de lentes como um mecanismo de mudança

de paradigmas e de reformulação de padrões, conquista-se uma nova forma de ver e perceber o ser humano: falível e passível de reconstrução sempre.

Nos ambientes escolares, a Justiça Restaurativa implicará em uma cultura relacional, com o propósito de criar espaços de pertencimento, que amparam a todos em suas necessidades, a partir dos pressupostos e intenções de nutrir ambientes justos e equitativos, em que todos os alunos e funcionários são reconhecidos e aceitos por quem são, inclusive por sua raça, gênero, sexualidade, condição socioeconômica, religião, linguagem, etc. A nutrição de relacionamentos saudáveis é o reconhecimento de que a saúde social e emocional é vital para aprender e para viver. Tanto alunos como professores florescem quando se sentem aceitos e respeitados por aqueles com quem convivem. Assim, o respeito, a inclusão, a resolução de conflitos, o aprendizado e ensino recíprocos, a tomada de decisões, etc devem ser integrados em todos os aspectos da educação – ou seja, no programa de ensino, na pedagogia, nas interações nos corredores, no refeitório, no pátio, no transporte escolar, na administração, nos protocolos e políticas escolares, nas reuniões de equipe, nas interações família-escola (EVANS e VAANDERING, 2018, p 17-20).

A Justiça Restaurativa na Educação deve ter um espectro multidimensional, em que o compromisso de respeitar o valor e a interconexão dos seres humanos deve estar evidente em todos os seus aspectos, e deve ser adotada nas escolas como uma forma de cultivar ambientes escolares saudáveis e restaurar relacionamentos e conexões, e não só como uma forma de lidar com conflitos e danos. Os educadores restaurativos são facilitadores que criam espaços e oportunidades para que os alunos se envolvam no processo de aprendizado, e nutram interconexões que valorizam o bem-estar de todos.

Para Evans & Vaandering os valores balizadores da Justiça Restaurativa na Educação são o respeito, a dignidade e o cuidado mútuo. A interconexão e os vínculos de pertencimento têm que ficar evidentes entre os professores, já que o clima escolar é muito influenciado pelo modo como os adultos se relacionam, para serem também introjetados e vivenciados pelos alunos, de forma que exista uma dependência mútua, e de qualidade, entre todos na busca pela paz.

As práticas restaurativas nas escolas: ajudam as pessoas a lidarem de modo melhor com seus conflitos, levando-as a pensarem no que fizeram, em quem foi afetado por isso e como podem fazer para reparar e restaurar a situação e os

vínculos; ajudam a intervir diante de situações de violência que ocorram no ambiente escolar, orientando quanto à conduta adotada e encaminhamentos necessários; ajudam a construir procedimentos de proteção... e ajudam a celebrar conquistas, acolher novas pessoas, debater temas especialmente difíceis e fortalecer a comunidade escolar. Um espaço restaurativo constitui-se pelo cuidado na forma como as pessoas se relacionam, como lidam com as diferenças, como se reconhecem nelas e em suas incompletudes e do reconhecimento da necessidade do outro. (TERRE DES HOMMES, 2013, p.21-26).

5 CÍRCULOS DE PAZ

O reconhecimento de que todos precisam de ajuda e que ajudando os outros, estão ajudando a si mesmos foi propagado por Kay Pranis, embora não cunhado por ela. É da sabedoria ancestral que todos são, humanamente e socialmente, dependentes uns dos outros, e essa interdependência, que desenvolve e fortalece o humano, é o mote inicial da intervenção circular.

A implementação de Círculos de Construção de Paz nas escolas é um recurso eficaz de rompimento de barreiras nas relações e na formação de pessoas do bem para o bem. Como uma filosofia de vida e de como se comportar no mundo, a participação nos círculos exorta o ser humano de sua própria fatalidade, enriquecendo-o com as experiências inexoráveis do outro; as dores e as belezas dos uns com as dores e belezas dos outros; as lutas e as desistências de todos. A importância de reconhecer o impacto de nosso comportamento sobre os outros e a interconexão de nossos destinos (PRANIS, 2018, p 42), é a medula do círculo e seu compromisso com o universo.

Um Ser Humano (professor) com sua bagagem e histórias, preparado e conectado com a bagagem e histórias do outro (professor e aluno) e apto a gerar e potencializar diálogos não violentos, de forma compassiva e solidária, é o Ser Humano que pode e deve ser instrumentalizado para estar na escola e conduzir o aprendizado do outro (aluno).

Para Pranis (2018, p 39), existe no ser humano um desejo humano universal de estar ligado aos outros de forma positiva. Quando percebemos nossas próprias dificuldades e aceitamos o quão desafiadoras podem ser nossas próprias interações, conseguimos nos colocar como companheiros de jornada dos alunos em

seus relacionamentos, ouvindo atentamente para lhes dar apoio e incentivar a responsabilidade (PRANIS, p 78-79).

O processo de Círculo se realiza através do contar histórias e faz as pessoas se aproximarem das vidas umas das outras pela partilha de significados. Os participantes se beneficiam da sabedoria coletiva de todos, e o aporte de experiências gera uma nova compreensão do problema e possibilidades inéditas de solução. Vários grupos circulares evidenciam lutas que são comuns e é muito desafiador passar do papel de dar conselhos e respostas à prática da partilha de histórias pessoais e à colocação de perguntas legítimas. (PRANIS, p 15-18).

Na disposição circular, em que todos os olhares se cruzam e se encontram, a possibilidade de trocas e somas torna-se comprovadamente fluida. No momento em que as humanidades são expostas, os dramas e apegos, as dores e feridas, os erros e vergonhas, evidenciam as semelhanças e aproximam os diferentes. Não há, na posição circular, posições de poder ou de mando, inferior ou superior, mais ou menos. Todos posicionam-se em igualdade, e isso já proporciona conforto e entusiasmo para exposição.

Em grupos/círculos realizados com educadores são vivenciadas situações e sentimentos, invariavelmente, muito semelhantes àqueles presenciados em grupos/círculos praticados com alunos. As questões humanas são as mesmas, com semelhanças e diversidades específicas das idades, maturidade e momento vivencial.

Iniciar a implantação de uma cultura restaurativa na escola, com círculos de construção de paz com as equipes educadoras, torna-se fundamental no trabalho de edificar nessas pessoas o sentimento de pertencimento e de importância no processo de encaminhamento dos trabalhos. Para conquistar um ambiente de horizontalidade e sincronicidade na escuta e na fala, no ambiente escolar, é imprescindível que a quebra dos paradigmas de poderio e desigualdades se inicie na população deles detentora. Até então os educadores detinham o status quo de “autoridade” na escola, cabendo a eles a função de “legislar”, decidir e punir.

Para criar um ambiente, em que a saúde emocional e a valorização dos sentimentos do Ser, seja mais importante do que o “aprendizado técnico” é necessário ter essa equipe educadora acolhida e trabalhada em suas emoções e sentimentos. Para semear boas práticas é preciso um solo bem cuidado e favorável à plantação de boas ideias, de bons propósitos, de confiança e fé em um futuro

melhor. Somente com uma equipe educadora confiante, disposta e crédula em resultados positivos, a mudança pode acontecer.

A mudança cultural é algo que se constrói no caminho dos novos ventos. A contemporaneidade cibernética e ecológica sopra no sentido da pedagogia de novas habilidades comunicativas, a partir da escola e da família. Assim, enquanto política pública por uma cultura de paz, o cerne é a escola, onde diretoria, professores, funcionários e estudantes podem ser preparados para profundas mudanças nos padrões comunicativos, que repercutirão, fortemente, sobre a qualidade da educação em geral (VASCONCELOS, 2018, p 273).

Na inserção da concepção restaurativa nas escolas, a prática dos Círculos de Construção de Paz se apresenta como a iniciação ideal para um processo ecológico e natural que vai se instalando pacificamente. A filosofia dos círculos reconhece que todos precisam de ajuda e que, ajudando os outros, estamos, ao mesmo tempo, ajudando a nós mesmos. (PRANIS, 2018. p 18) Assim, o grande insight de todas essas práticas é que, ao perdoar os outros, estamos perdendo a nós mesmos e tudo e todas as energias boas e ruins que, invariavelmente, lançamos aos outros, retornará a nós da mesma forma, ou mais intensa. O aprendizado da escuta e da fala atenta e generosa habilita para a competência da empatia e da solidariedade, e da compreensão e da humanidade.

Os círculos se valem de uma estrutura para criar possibilidades de liberdade: liberdade para expressar a verdade pessoal, para deixar de lado as máscaras e defesas, para estar presente como um ser humano inteiro, para revelar nossas aspirações mais profundas, para conseguir reconhecer erros e temores e para agir segundo nossos valores mais fundamentais (PRANIS, 2018, p 25).

6 COMUNICAÇÃO COMPASSIVA

Na esteira da resolução de conflitos e reparo de danos e nutrição das interconexões, os Círculos de Construção de Paz rompem como uma nova forma de congregar as pessoas, chegar ao entendimento mútuo, fortalecer relacionamentos e resolver problemas grupais.

Marshall Rosenberg contribui extraordinariamente para a prática de uma cultura de paz ao dissecar os meandros da comunicação e da linguagem. Ao desnudar a influência das emoções e sentimentos, do emissor e do receptor, no

processo relacional, revela as fragilidades e ignorância emocional do ser humano para consigo mesmo e para com o próximo.

Ao compreender os caminhos da comunicação compassiva ou não-violenta as palavras, em vez de serem reações repetitivas e automáticas, tornam-se respostas conscientes, firmemente baseadas na consciência do que estamos percebendo, sentindo e desejando. Somos levados a nos expressar com honestidade e clareza, ao mesmo tempo que damos aos outros uma atenção respeitosa e empática. Em toda troca acabamos escutando nossas necessidades mais profundas e a dos outros. A comunicação não-violenta nos ensina a observarmos cuidadosamente (e sermos capazes de identificar) os comportamentos e as condições que estão nos afetando. Aprendemos a identificar e a articular claramente o que de fato desejamos em determinada situação. A forma é simples, mas profundamente transformadora (ROSENBERG, 2006, p 21).

A introdução de uma comunicação compassiva e não violenta como instrumento efetivo de interconexão humana faz-se condição ou requisito determinante no sucesso da utilização dos círculos. A linguagem compassiva e generosa, que escuta verdadeiramente a história do outro, e fala verdadeiramente sua própria história ao outro, é capaz de criar e hidratar laços afetivos e efetivos duradouros, gerando uma entrega de coração.

Na condução de Círculos de Paz os fundamentos da Comunicação Não-Violenta são essenciais, visto que o falar e ouvir compassivamente são os pilares do sucesso desse momento. Segundo Marschall a CNV nos ensina a observarmos cuidadosamente (e sermos capazes de identificar) os comportamentos e as condições que estão nos afetando... à medida que a resistência, a postura defensiva e as reações violentas são minimizadas, vamos percebendo a Nós e aos Outros, assim com nossas intenções e relacionamentos, por um enfoque novo (ROSENBERG, 2006, p 22).

7 CONCLUSÕES

Uma vez compreendido que a educação e as ações pedagógicas se fazem nas relações, é fácil perceber que os atos de ensinar e de aprender são relacionamentos constituídos pelo diálogo – pelo amor e respeito profundo ao outro, à natureza, ao mundo, consubstanciando-se em uma prática cotidiana de construção

do cuidado, do respeito, da segurança de estar no encontro com os outros, de aprender junto. (TERRE DES HOMMES, 2013, p.11).

Para fugir da lógica da punição e da busca pela culpabilidade (tão comuns no âmbito da justiça) a escola começa a trilhar novos caminhos, que envolvem a compreensão, a responsabilização e o reparo de danos. Do individual para o coletivo, as situações e as consequências passam a ser vivenciadas POR e PELO grupo, pois todos são parte do “todo”.

Não há como negar a importância de a escola assumir, junto com a família, o protagonismo de uma educação para a convivência, para a paz e para os relacionamentos, visto que o convívio é uma necessidade inadiável e intrínseca ao ser humano e ao seu processo de desenvolvimento social, psicológico e emocional.

O preparo e a atenção aos professores e outros profissionais da educação, para que se sintam e se tornem pacificadores, multiplicadores e vetores dessa pedagogia restauradora, faz-se poderosa estratégia para o alcance dessa Educação para a Paz.

A criação e restauração de vínculos e conexões deve iniciar-se pelo corpo educativo da escola, para então propagar-se para alunos, pais e comunidade.

A Justiça Restaurativa na Educação é uma abordagem ampla e abrangente que engloba o ensino como um todo. As mudanças que a justiça restaurativa na educação pode proporcionar não se limitam à redução dos índices de suspensão ou à melhora do comportamento dos alunos, ou mesmo a melhores resultados acadêmicos. Nossa esperança é a de que a cultura escolar se transforme a ponto de todos os membros da comunidade de aprendizado – alunos, professores, funcionários, administradores, pais e cuidadores – sentirem que pertencem e são parte do trabalho de educação (EVANS e VAANDERING, 2018, p113).

A questão de pertencimento é chave na sensibilização dos atores educacionais para implementação de uma prática restaurativa e uma educação para a paz. As pessoas que sentem fazer parte de um espaço e tempo, aceitas e respeitadas em suas presenças e significados, se disponibilizam e se permitem participar e se envolver em processos de restauração de si e do outro. As conexões se fortalecem quando, internamente, estamos também conectados e restaurados.

As experiências vêm indicando que, para que ocorram desenvolvimentos significativos das práticas restaurativas no ambiente escolar, abrangendo os encontros e círculos restaurativos, é necessário, inicialmente, um trabalho interno de

sensibilização e capacitação dos vários atores nesses métodos de diálogo. No contexto de uma grande mudança no âmbito da educação, os governos e secretarias de educação precisam perceber que, em sociedades complexas como as de hoje, novas habilidades e competências comunicativas são indispensáveis, para que se ampliem o diálogo e as oportunidades.

Será desde logo fundamental que os educadores percebam que essas práticas restaurativas não representam mais uma tarefa, mais uma disciplina, mais uma sobrecarga. Inversamente, eles poderão descobrir que tais práticas acarretam compromettimentos cooperativos, desempenhos e compromissos novos, pois contribuirão para validar sentimentos e facilitar relações e conflitos construtivos, fortalecendo e restaurando vínculos (VASCONCELOS, 2018, p 268).

As escolas pacificadoras valorizam funcionários e alunos pelo que são: seres humanos valiosos. O diretor de uma faculdade de ciências e letras do Kansas observa que o sucesso de sua instituição reside nos professores e funcionários que tratam cada aluno como um talento único. Os professores dedicam horas para aconselhar e estimular os educandos em relação às suas escolhas de vida, mesmo quando estes mudarão de escola. Se o enunciado da missão da escola diz que ela se importa com seus alunos, então práticas específicas de cuidado deveriam se tornar hábitos ali. (MULLET e AMSTUTZ, 2018, p 60)

No ambiente escolar, enquanto implementadora da educação para resolução não violenta de conflitos e promotora do diálogo (comunicação não violenta), a justiça restaurativa preconiza a realização de práticas de cuidado que representam uma relação de amor (com o outro, com o ambiente, com o espaço físico no qual estamos) expressado através de ações e acordos. (TERRES DES HOMMES, 2013, p 18).

A autoridade do educador – quando não legitimada pela capacidade de facilitação de diálogos apreciativos, consoante éticas de tolerância e de responsabilidade – entra em crise. O professor já não vale por antecipação simbólica. O valor do seu trabalho e a sua autoridade não mais estão pressupostos. Como seres linguísticos que somos, e, agora, integrando redes horizontalizadas e cibernéticas, é pela comunicação construtiva de diálogos apreciativos que legitimamos a docência, pois o valor “ontológico” do diploma é apenas formal, instrumental. Na corrente era dos conhecimentos e, portanto, da inovação tecnológica crescentemente intensificada, vivenciamos um processo cultural de

progressiva superação do antigo padrão patrimonialista das porções fixas, dos lugares certos, das verdades dogmáticas, das ontologias pré-constituídas.

Nas escolas, as práticas restaurativas colaboram com o trabalho preventivo de reafirmação das relações, visando melhorar o relacionamento escola – família - comunidade, a busca do diálogo entre todos, a promoção da melhoria do vínculo da comunidade escolar, a comunicação não violenta e as atividades pedagógicas restaurativas. Desta forma, elas contribuem para um trabalho proativo de comunidade escolar segura, democrática e respeitável e o fortalecimento de uma cultura de paz. Além disso, elas destinam-se, também, à restauração e à reparação das relações através do diálogo, dos círculos de paz e das reuniões restaurativas, buscando reconectar e reconstruir relações. (CNMP, 2014, p 9)

O “sujeito” adolescente é um Ser em constante transformação, que está em busca de um Ser ideal e pronto (que nunca vai ser). Siamo seres mutantes, que nos transformamos a cada dia e a cada circunstância.

A Justiça Restaurativa percebe e concebe esse Ser Humano inacabado e em constante evolução que somos, e nos oferece a possibilidade de falhar e reparar os danos causados por nossa imperfeição.

Será uma evolução extraordinária do nosso Direito quando todas as questões conflituosas e danosas forem passíveis de ser tratadas à luz da Justiça Restaurativa.

Nesse contexto, os adolescentes serão agraciados com uma sociedade muito melhor aparelhada para tratar suas idiossincrasias e resgatá-los nos momentos de pré naufrágio.

A criação e restauração de vínculos e conexões deve iniciar-se pelo corpo educativo da escola, para então propagar-se para alunos, pais e comunidade.

Iniciar a implantação de uma cultura restaurativa na escola, aplicando círculos de construção de paz com as equipes educadoras, torna-se essencial no trabalho de edificar nessas pessoas o sentimento de pertencimento e de importância no processo de encaminhamento dos trabalhos. Para conquistar um ambiente de horizontalidade e sincronicidade na escuta e na fala, no ambiente escolar, é imprescindível que a quebra dos paradigmas de poderio e desigualdades se inicie na população deles detentora. Até então os educadores detinham o status quo de “autoridade” na escola, cabendo a eles a função de “legislar”, decidir e punir.

Dominic Batler evidenciou as inúmeras dificuldades e as imensas quebras de paradigmas ao se deparar com profissionais/pessoas que não foram formadas e

educadas em uma cultura igualitária e restaurativa, em que a fala de todos é ouvida respeitosamente e que não estão preparadas para pacificar conflitos (seus ou do outro) e que não sabem utilizar ferramentas de conciliação, solução e reparo de danos. (BATLER, 2007)

No entanto, o desafio é que para criar um ambiente em que a saúde emocional e a valorização dos sentimentos do Ser, seja mais importante do que o “aprendizado técnico” é necessário ter essa equipe educadora acolhida e trabalhada em suas emoções e sentimentos, suas crenças e suas divisas. Para semear boas práticas é preciso um solo bem cuidado e favorável à plantação de boas ideias, de bons propósitos, de confiança e fé em um futuro melhor. Somente com uma equipe educadora confiante, disposta e crédula em resultados positivos, a mudança pode acontecer.

A educação para o viver juntos ou conviver passa pelo treino de criar vínculos ou relacionamentos, portanto aprender a se conectar com as outras pessoas é o grande desafio dos educandos e facilitar/estimular/propiciar esse aprendizado, a maior missão dos educadores, que, focados nos pilares da educação “aprender a ser” e “aprender a viver juntos”, não trabalharão apenas a dimensão cognitiva do aprendizado, mas as vivências e relações dos educandos, preparando-os para a vida.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. **Um estudo da relação entre o ambiente cooperativo e o julgamento moral na criança.** Dissertação de mestrado – UNICAMP, 1993.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e Julgamento.** Companhia das letras, São Paulo, 2003

BARTER, Dominic. **A Cultura esqueceu o Diálogo.** Entrevista concedida à ana Carolina Bolsson, da Zero Hora Gaúcha, 2017.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay; BASTIANI, Fátima de. No coração da esperança: guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis. **Centro de Justiça Restaurativa da Suffolk University. Trad. Fátima De Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011.**

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012. **SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm Acesso em 12.12.2018

CHRISPINO, Álvaro. **Gestão do Conflito Escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação**. Ensaio, P 11-28, 2007

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Diálogos e Mediação de Conflitos nas Escolas**. Brasília, 2014

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Guia Prático para Educadores – Diálogo e Mediação de Conflitos nas Escolas**, 2014

EVANS, Katherine e Vaandering, Dorothy. **Justiça Restaurativa na Educação – Promover Responsabilidade, Cura e Esperança nas Escolas**. Palas Athena, 2018.

MULLET, Judy H.; AMSTUTZ, Lorraine Stutzman. **Disciplina restaurativa para escolas: responsabilidade e ambientes de cuidado mútuo**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2010

PRANIS, Kay. **Processos circulares de Construção de Paz**. Palas Athena, 2018.

ROSEMBERG, Marshall B. **Comunicação Não Violenta – Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. Ágora, São Paulo, 2006

TERRE, DES HOMMES. **Construindo relações de cuidado: um guia para implementar práticas restaurativas nas escolas**. 2013.

TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista**. Campinas: Mercado das Letras, 2003

UNESCO. **Educação, Um Tesouro a Descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. Método, São Paulo, 2018

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo, 1999

VINHA, T. P. **Os conflitos interpessoais na relação educativa**. Tese de doutorado – UNICAMP, 2003

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. Palas Athena, São Paulo, 2017.

ANEXO - PROPOSTA DE CÍRCULO CONSTRUÇÃO DE VÍNCULO NO AMBIENTE ESCOLAR CARÁTER DO CÍRCULO: RESGATE DE VÍNCULOS

Objetivo: Explorar a necessidade de criar, manter e fortalecer laços saudáveis e de compreensão e respeito mútuos no ambiente escolar – alunos-professores-alunos, professores-professores, professores-administração-professores – a partir do resgate de vínculos entre professores e administração da escola. Na conclusão dessa reflexão eles se sentirão mais empoderados e unidos no trabalho de gestão dos conflitos entre os educandos.

Consideramos neste primeiro momento trabalhar somente com o corpo docente e funcional da escola, para, em momento posterior, incluir alunos, pais e comunidade.

Participantes: Professores e funcionários da escola

Materiais necessários: Itens que representam o processo de aprendizagem – lápis, caneta, livros, ferramentas de trabalho dos professores, objeto da palavra, novelo de lã ou rolo de barbante

Abertura Sugerida/roteiro de boas vindas:

- Alocar os participantes em círculo, sentados no chão ou em cadeiras
- Convidar um dos participantes a ficar de pé e entregar a ele o novelo. Solicitar que ele compartilhe alguma experiência positiva com alguém do círculo e atire o novelo para essa pessoa, enquanto segura a extremidade do fio
- A segunda pessoa repete o comportamento e joga o novelo, mantendo segura a parte do fio que recebeu
- Isso acontecerá sucessivamente, até que todos tenham recebido o fio e compartilhado alguma experiência
- Ao terminar todos estarão interligados, como se fizessem parte de uma teia
- A teia será cuidadosamente abaixada e os objetos mantidos em seu centro, bem como o objeto da palavra

Objeto da palavra: Um brinquedo de montar (representando a construção de personalidades no ambiente escolar)

Apresentar e explicar como funciona – passará de pessoa para pessoa e somente

quem estiver com o objeto poderá se manifestar (ou não) - voluntariamente

Rodada de check-in: Pedir que cada participante se apresente, estimulando-o, através de perguntas norteadoras, a discorrer sobre sua percepção dos relacionamentos vivenciados na escola e sua compreensão do ambiente escolar. Falar de suas experiências e compartilhar suas vivências, explicitando sempre seus sentimentos e percepções individuais é, especialmente, significativo para a busca de soluções.

Prece da PAZ

Se queremos PAZ no mundo,

Tem que haver PAZ nas nações.

Para isso eu rezo.

Se queremos PAZ nas nações,

Tem de haver PAZ nas cidades.

Por isso eu rezo.

Se queremos PAZ nas cidades, tem de haver PAZ entre os colegas.

Por isso eu rezo.

Se queremos PAZ entre os vizinhos,

Tem de haver PAZ na escola.

Se queremos PAZ na escola,

Tem de haver PAZ no coração.

Por isso eu rezo

22

Algumas perguntas:

-O que você busca em seu trabalho nesta escola?

-O que lhe emociona em seu trabalho aqui?

-Quais são seus maiores valores como ser humano?

-Quais são os maiores desafios diários em seu trabalho?

-Quais são os maiores desafios na construção de relacionamentos neste ambiente escolar?

-Qual o significado de PAZ para você?

-O que demonstra respeito para você?

Atividade Principal:

Melhorar o relacionamento entre os diversos atores do ambiente escolar e proporcionar condições saudáveis de condução e resolução dos (inevitáveis) conflitos do cotidiano.

Perguntas:

-Você é feliz nesta profissão e no ambiente em que trabalha?

-Você está disposto a “ouvir” e se “doar” para a solução de conflitos?

-Você se sente à vontade para buscar auxílio e orientação quando não consegue resolver seus conflitos?

-Que tipo de apoio você gostaria de receber de seus pares e/ou superiores para realizar seu trabalho?

Rodada de check-out: Desenvolver uma atividade de fechamento em que as pessoas internalizem os conceitos e soluções debatidos e vivenciados no círculo.

Passar o objeto da palavra e convidar os participantes a compartilhar seus pensamentos e sentimentos a respeito do círculo vivenciado, usando uma palavra ou expressão.

Colocar uma música instrumental agradável e convidar todos a ficar de pé e, de mãos dadas, e em círculo caminharem lentamente. Convidá-los a sentir a energia passando pelas mãos entrelaçadas e sentir o poder da conexão.

Convidá-los a imaginar os jovens dessa escola no centro do círculo, protegidos e acarinhados pelo poder do seu círculo de cuidado.

Agradecer a participação e o envolvimento de todos nesse círculo de crescimento emocional e proteção.

Convidá-los a soltarem as mãos.